DIMENSIONAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO GASTO AMBIENTAL FEDERAL[1]

Adriana Maria Magalhães de Moura[2]

1 INTRODUÇÃO

O dimensionamento dos gastos públicos em meio ambiente constitui-se em ferramenta importante para se avaliar a relevância que o tema ambiental ocupa na agenda de um país, uma vez que indica a direção da atuação estatal, em matéria ambiental, no conjunto das políticas públicas e a posição que o tema ocupa na disputa entre diversos temas de interesse. O conhecimento dos recursos destinados à proteção do meio ambiente pode ter uma ampla variedade de utilidades, entre as quais: apoiar a avaliação da efetividade, eficiência e eficácia das políticas ambientais e contribuir para a boa gestão, a economicidade e a qualidade do gasto público em meio ambiente.

A partir da década de 1990, iniciaram-se pesquisas sobre gastos ambientais no Brasil, com a produção de diversos estudos. Contudo, estes têm sido feitos de forma assistemática (em períodos limitados) e com metodologias díspares, que não permitem uma comparação entre os períodos estudados e a formação de séries históricas.

A pesquisa em curso tem, portanto, o objetivo de dimensionar (quantificar), analisar e acompanhar os gastos ambientais do governo federal, de maneira sistemática, utilizando-se de metodologia reconhecida internacionalmente. A pesquisa abrange as diversas instituições do governo federal que executam ações ambientais, com o propósito de apresentar uma medida mais abrangente e efetiva do gasto ambiental federal (GAF) ao longo dos anos.

Serão realizadas séries históricas anuais que permitam analisar as ações realizadas e construir linhas de tendências e cenários prospectivos. Espera-se oferecer uma base consistente para a mensuração de gastos ambientais no país, que permita a geração de estatísticas econômicas e ambientais para subsidiar exercícios analíticos sobre a condução da política ambiental, bem como apoiar o planejamento de ações futuras.

---

1. A pesquisa é coordenada por Adriana Maria Magalhães de Moura e tem como integrantes os técnicos de planejamento e pesquisa Ana Paula Moreira da Silva, Gustavo Luedmann, João Paulo Viana, Júlio César Roma e Regina Helena Rosa Sambuichi, além das bolsistas Juliana Ferreira de Santana e Reycha Sabana Diabaté.

2. Coordenadora de estudos em sustentabilidade ambiental na Coordenação de Estudos em Sustentabilidade Ambiental da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Cosam/Dirur) do Ipea. *E-mail*: <adriana.moura@ipea.gov.br>.

2 METODOLOGIA PARA ESTIMAR OS GASTOS AMBIENTAIS

Considerando-se que a série de gastos ambientais brasileira deve ser comparável em nível internacional, optou-se por adotar a metodologia do Sistema de Contabilidade Econômica e Ambiental (Scae, em inglês *system of economic and enviromental accounts* – Seea), da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual vem sendo utilizada por diversos países, principalmente na União Europeia.

Nesse sentido, consideram-se como gastos ambientais aqueles efetuados para financiar atividades cujo propósito fundamental é a prevenção, o controle, a redução e a eliminação da contaminação, assim como a promoção, o fomento e o cuidado com o meio ambiente.

O Scae possui uma tabela de classificação de atividades ambientais utilizada para categorizar e descrever as despesas ambientais dos registros orçamentários. A classificação é feita como resultado de diversas análises realizadas pela equipe de pesquisa, com base na descrição dos programas e no patamar mais analítico e desagregado da classificação funcional-programática, ou seja, a ação. As ações dos programas de todos os órgãos federais são, primeiramente, diferenciadas em atividades ambientais ou não ambientais e, posteriormente, classificadas nas dezesseis classes e diferentes subclasses que compõem a classificação de atividades ambientais.

Está sendo estruturada uma ampla base de dados com série histórica dos gastos orçamentários desde 2002 até o ano mais atual disponível – já se encontram classificadas mais de 95% das ações orçamentárias do período 2002-2015. Os dados orçamentários vêm sendo obtidos junto ao Siga Brasil, sistema de informações orçamentárias mantido pelo Senado Federal.

3 RESULTADOS PRELIMINARES

Os resultados preliminares da pesquisa em andamento têm demostrado que, apesar do agravamento dos problemas ambientais no país, as despesas públicas ambientais têm sido proporcionalmente decrescentes no orçamento federal nos últimos anos.

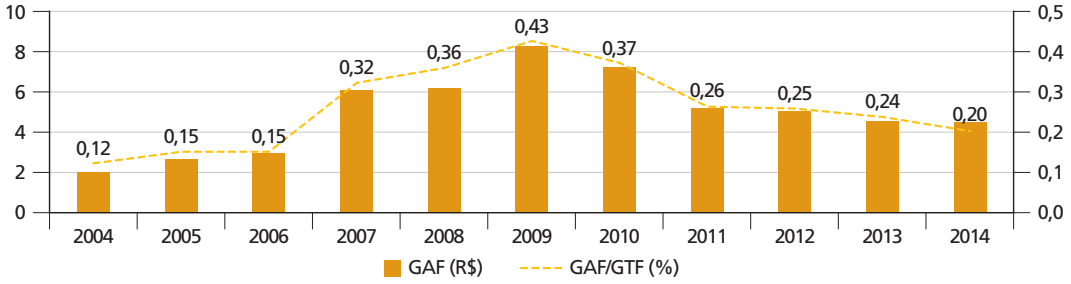
A pesquisa identificou os GAFs do período 2004-2014. Verificou-se que os gastos orçamentários (valor executado) destinados às atividades ambientais aumentaram gradativamente, em valores absolutos, no período 2004-2009, passando de R$ 1,96 bilhão, em 2004, para R$ 8,27 bilhões, em 2009. Proporcionalmente aos gastos totais do governo federal (GTFs), os GAFs também aumentaram em quase quatro vezes, passando de 0,12% para 0,43%.

Porém, a partir de 2010 os GAF começam a decair ano a ano, tanto em valores absolutos quanto em relação aos GTFs. Chegam a R$ 4,47 bilhões em 2014 e passam a representar apenas 0,20% dos gastos no orçamento federal – uma queda de cerca de 50% dos valores relativos a 2009, ano de maior gasto em atividades ambientais no decênio 2004-2014 (gráfico 1).

GRÁFICO 1

GAFs[1] e GAFs em relação aos GTFs (2004-2014)

(Em R$ bilhões e %, respectivamente)



Fonte: Ipea (2015).
Elaboração da autora.
Nota: [1] Valores corrigidos monetariamente, atualizados a preços de 2014 com base no Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

A análise descritiva preliminar dos dados indica a evolução dos GAFs no período analisado. Pretende-se realizar uma análise aprofundada destes gastos, por meio de técnicas de estimação de dados, para a obtenção de um quadro claro dos dispêndios do governo federal em meio ambiente.

REFERÊNCIA

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dimensionamento e acompanhamento do gasto ambiental federal**. Brasília: Ipea, 2015. (Relatório de Pesquisa). No prelo